

Parceria para Governo Aberto (OGP)
Ata das Reuniões do Comitê Diretor
Londres, Reino Unido
Abril 22-24, 2013

Segunda-Feira, 22 de abril: Reunião de nível de trabalho do Comitê Diretor

Boas-vindas

O governo do Reino Unido saudou, em nome dos copresidentes da OGP, os representantes presentes na reunião. O Comitê Diretor (SC) da Parceria para Governo Aberto (OGP) também acolheu os três novos membros desse Comitê: Maryati Abdullah, representando a Indonésia, Veronica Cretu, representando a Moldávia, e Alejandro Gonzales, representando o México.

Subcomitê de Governança e Liderança: Atualização sobre o Plano Estratégico

Cada um dos quatro membros do Subcomitê de Governança e Liderança (GL) apresentou um elemento da proposta de revisão do plano estratégico, elaborada após a reunião desse subcomitê em fevereiro, na cidade de Jacarta. Alguns membros do Comitê Diretor manifestaram-se no sentido de que a proposta de declaração da visão da OGP deveria encorajar os governos a serem mais ambiciosos em seus planos de ação. Os membros do SC também sugeriram que se destaque a importância da participação social na elaboração de políticas e do aprimoramento do diálogo entre governos e sociedade civil nos países participantes. Em seguida, discutiram a proposta de princípio estratégico a qual estabelece que OGP deve se focar, primeiramente, em aprofundar o envolvimento dos países participantes da Parceria. Os membros, apesar de estarem cientes de que novos países atingirão os critérios mínimos de elegibilidade nas suas regiões, concordaram que a OGP deve focar-se nos próximos anos em entregar resultados aos 58 países que já aderiram à Parceria.

O GL indagou sobre como manter o compromisso político de alto nível para com a OGP e sugeriu organizar uma Reunião Anual de Chefes de Estado, talvez às margens da Assembleia Geral das Nações Unidas. Os membros do Comitê Diretor discutiram a questão e concordaram que manter o envolvimento político de alto-nível é importante, mas não chegaram a uma conclusão definitiva sobre a eventual vinculação de uma reunião de Chefes de Estado à Assembleia Geral das Nações Unidas ou a outro evento. O SC discutiu também formas de a OGP aprofundar o envolvimento com organizações da sociedade civil. Os membros concordaram que a OGP deve aperfeiçoar as comunicações externas a fim de aprimorar as redes de contato com a sociedade civil e que a Conferência de outubro é uma oportunidade para reunir esses grupos. Por fim, o GL questionou sobre o tamanho apropriado da Unidade de Apoio (SU). Na sequência, houve uma breve discussão sobre a necessidade de se receber maiores e oportunas contribuições para o financiamento da Unidade de Apoio e acordou-se que se deve discutir sobre a expansão da SU no médio prazo.

Subcomitê de Governança e Liderança: Propostas relativas à Governança

A diretora da Unidade de Apoio apresentou as propostas de governança a serem debatidas pelo Comitê Diretor. A primeira proposta era relativa à confirmação do mandato de três anos para os governos da OGP que atualmente integram o SC (setembro de 2011 a setembro de 2014) e à organização de uma eleição anual a partir de 2014 a fim de garantir a rotação contínua dos governos membros. O Comitê Diretor definiu que essa eleição será realizada nas Conferências Anuais da Parceria, de modo a garantir que a rotação aconteça todos os anos em um momento pré-definido. Um membro do Comitê propôs um escalonamento de mandatos único para os membros eleitos em 2014, o que asseguraria, a partir de então, um mínimo de três vacâncias no SC a cada ano. Também houve consenso de que a votação deve ser organizada, como estabelecido nos Artigos de Governança, de forma a garantir a manutenção do equilíbrio regional.

Os membros concordaram em adicionar mais dois membros ao Comitê Diretor a partir de 2014, um proveniente do governo e outro, da sociedade civil, o que contribuirá para o fortalecimento dos subcomitês. O subcomitê de Governança e Liderança propôs a adoção de um sistema *troika* para o Comitê Diretor, no qual o país que estivesse deixando a copresidência líder da Parceria manteria o seu lugar no SC por mais um ano. Isso auxiliaria nas transições de um ano para o outro e ajudaria a manter a memória institucional. Houve consenso geral nessa proposta, no entanto vários membros solicitaram maiores esclarecimentos sobre o papel que desempenharia o copresidente cessante e a qual subcomitê seria designado. Decidiu-se que o GL deverá apresentar uma proposta mais detalhada que contemple essas questões em julho.

Os membros também aprovaram a proposta a qual estabelecia que o subcomitê de Governança e Liderança devesse rever os mandatos dos subcomitês anualmente, com base em critérios a serem apresentados pelo GL em julho em proposta melhor detalhada. No entanto, alguns membros mostraram-se preocupados com a elevada carga de trabalho do GL e propuseram que algumas funções desse subcomitê fossem transferidas para outro subcomitê ou para um comitê de supervisão *ad hoc*. Também concordaram com a extinção do subcomitê de Finanças e Auditoria (FA). Dessa forma, alguns membros desse subcomitê integrarão o subcomitê de Aprendizagem e Apoio dos Pares (AAP), dado o novo foco estratégico da OGP nessa área. Por fim, o GL propôs a adição de um novo copresidente da sociedade civil a fim de assegurar a paridade entre governos e sociedade civil na liderança da OGP. Os membros reconheceram que a paridade é um dos valores fundamentais da Parceria, mas solicitaram maiores esclarecimentos sobre as razões para proceder a essa mudança e sobre o funcionamento do sistema na prática, especialmente em conjunto com outras alterações propostas (como o sistema *troika*).

Ao final dessa sessão, acordou-se que a Unidade de Apoio ajustaria as propostas de governança para incorporar as sugestões dos membros do Comitê Diretor e as transformaria em uma série de resoluções a serem debatidas na reunião de nível ministerial.

Conferência Anual de Outubro

Os membros do Comitê Diretor dividiram-se em quatro grupos para discutir os objetivos e as prioridades da Conferência Anual a ser realizada em outubro na cidade de Londres. Solicitou-se aos subgrupos que refletissem sobre diversas questões; em seguida, todos se reuniram novamente no plenário com o intuito de debater tópicos relevantes surgidos das discussões dos grupos.

Temas comuns que emergiram dos debates incluem:

- Uma conferência interativa com “aparência” dinâmica e tecnológica;
- Foco no que está acontecendo nos países participantes como resultado dos compromissos assumidos nos planos de ação para a OGP; apresentação dos impactos e histórias de sucesso;
- Uso da oportunidade para engajamento em outras iniciativas multilaterais, inclusive com a organização de reunião com os chefes de iniciativas envolvendo transparência e *accountability* em setores específicos, a fim de definir maneiras de a OGP ajudar a aumentar a energia e o ímpeto para se avançar em algumas dessas ações;
- Para encorajar a participação dos Chefes de Estado na Conferência, a OGP deverá demonstrar como a abordagem e os princípios adotados pela Parceria podem auxiliar a resolver desafios globais.

Especificamente, o México, em nome da *Transparency and Access to Information Network* (Rede de Transparência e Acesso à Informação, RTA), propôs a organização de uma sessão especial durante a Conferência de outubro para debater o papel das comissões de informações e outros organismos responsáveis pelos regulamentos acerca do acesso à informação.

Mecanismo de Avaliação Independente

O Gerente de Programa do Mecanismo de Avaliação Independente (IRM), Joseph Foti, relatou os progressos do IRM desde a reunião de dezembro e, na sequência, convidou a Dra. Rosemary McGee, do Painel Internacional de Especialistas (IEP), para expor o trabalho dos especialistas técnicos. O IRM já se encontra em funcionamento nos oito países fundadores da OGP, e estima-se que os relatórios desses países sejam publicados no final de agosto de 2013. O Mecanismo contratou um novo funcionário para compor a equipe, o qual iniciará em maio e auxiliará no processo de recrutamento nos 39 países da coorte 2 (países que aderiram à Parceria em Brasília).

A Dra. McGee expôs o processo adotado para desenvolver o questionário do IRM que os pesquisadores locais utilizam para dirigir suas pesquisas. O questionário inclui sete seções e traça o conjunto mínimo de expectativas para cada pesquisador. Depois de o pesquisador ter escrito a primeira versão do relatório, haverá tempo suficiente antes da publicação final para que os governos e os grupos da sociedade civil façam comentários. O IEP reunir-se-á em junho em Londres para revisar os relatórios iniciais.

Durante o momento destinado a perguntas, diversos membros do Comitê Diretor indagaram sobre o processo de recrutamento de dois conselheiros sêniores adicionais (um proveniente da América Latina e outro, da Ásia). O período para candidaturas encerrará em maio e o Gerente de Programa trabalhará junto com o subcomitê de Critérios e Padrões na formulação de uma lista de finalistas. Outros membros questionaram como o IRM pode incorporar uma avaliação de progresso em seu relatório, a fim de assegurar que os países conquistem progressos incrementais a cada ano e que compromissos adicionais sejam formulados de maneira usual. Houve certa discussão sobre a remuneração dos pesquisadores locais e se barreiras orçamentárias resultariam em tempo insuficiente para pesquisas de campo e consultas. Por fim, os membros reforçaram a importância da publicação dos primeiros relatórios do IRM para informar sobre os novos planos de ação dos países fundadores.

O Comitê Diretor, então, aprovou pequenas revisões na Nota Conceitual do Mecanismo, quais sejam: 1) remoção do número máximo de funcionários do IRM; 2) ajuste da estrutura de governança para o Gerente de Programa do Mecanismo, quem agora se reporta ao IEP sobre todas as questões relacionadas a métodos e relatórios do IRM e à diretora da Unidade de apoio sobre questões administrativas usuais (equipe, orçamento, etc.).

Subcomitê de Aprendizagem e Apoio aos Pares

O debate dessa sessão focou-se na proposta de Aprendizagem e Apoio aos Países, a qual foi formulada pela Unidade de Apoio e pelo Mecanismo de Assistência Técnica (NM) da OGP, com base em informações fornecidas pelo subcomitê de Aprendizagem e Apoio aos Pares. A diretora da Unidade de Apoio forneceu uma visão geral da proposta estratégica, que visa a esclarecer como a OGP pode efetivamente auxiliar os países a cumprirem os compromissos assumidos, em particular por meio da troca de experiências. A proposta apresenta, ademais, números preliminares dos custos e da equipe estimados para implantar a estratégia, funções estas que serão em grande parte desenvolvidas pela Unidade de Apoio durante o próximo ano. A estratégia também pretende eliminar progressivamente o uso do termo “Mecanismo de Assistência Técnica”, visto que muitos o consideram confuso. A *Global Integrity* continuará envolvida com as atividades de apoio na categoria de troca de experiências, incluindo a organização de *webinars* e *workshops* regionais.

Os membros do Comitê Diretor expressaram forte apoio à proposta, bem como à sugestão de aumentar a capacidade da Unidade de Apoio a fim de que essa seja capaz de implementar as atividades propostas. Vários membros defenderam que o foco principal da OGP deve ser o apoio específico a cada país, mas concordaram que algumas das demais atividades propostas (ex. estudos de caso e grupos de trabalho) irão facilitar esse apoio direto e customizado.

Os membros entusiasmaram-se com a ideia de grupos de trabalho temáticos, incluindo com a possibilidade de aumentar a efetividade desses grupos por meio do uso de plataformas *online* para a troca de experiências. Alguns acreditam que estudos de caso possam ser utilizados como forma de gerar interesse no trabalho desenvolvido pelos grupos e até possivelmente novas ideias. Vários participantes também ressaltaram a importância de eventos regionais para reunir

diferentes países e contribuir para a troca de experiências presenciais. A Conferência de outubro foi outro ponto de debate, em especial sobre como a aprendizagem poderia ser integrada à agenda.

Durante o debate, vários membros ressaltaram que a Unidade de Apoio possui capacidade limitada para realizar algumas dessas atividades que exigem trabalho intensivo. Uma sugestão foi procurar maneiras de envolver de forma mais efetiva os governos e as organizações dos países que não integram o Comitê Diretor, transformando-os em “multiplicadores de força” no apoio ao trabalho e às funções desenvolvidas pela Unidade de Apoio. Outros enfatizaram a importância de conseguir maior adesão de instituições multilaterais. A SU ressaltou que das seis multilaterais que foram convidadas a aderir à Parceria, três estão trabalhando em respostas e uma (o Banco Mundial) já a entregou.

Por fim, a África do Sul atualizou os participantes sobre o Evento Regional da África a ser realizado em Nairobi nos dias 29 e 30 de maio. O evento ainda está na fase de planejamento e os convites serão enviados em breve.

Terça-feira, 23 de abril: Reunião de nível de trabalho do Comitê Diretor

Subcomitês de Finanças e Auditoria/ Governança e Liderança: Estratégias para captação de recursos

A Diretora da Unidade de Apoio descreveu as Atualizações e Recomendações do subcomitê de Finanças e Auditoria ao Comitê Diretor, apontando que a situação financeira atual é melhor que a de dezembro, visto que a Unidade de Apoio recebeu três doações de fundações privadas e contribuições de três governos. No entanto, a SU prevê déficits no orçamento aprovado pelo Comitê em dezembro, o que requer que o SC reavalie a estratégia para captação de recursos para a OGP.

Os representantes do governo no Comitê Diretor concordaram em reavaliar a escala progressiva para contribuições em 2014, de acordo com a proposta revisada do orçamento a ser apresentada pela Unidade de Apoio em julho. Todavia, o aumento das contribuições já em 2013 seria complicado, uma vez que os orçamentos dos países preveem apenas os valores acordados em dezembro. Alguns membros destacaram a importância de se manter o modelo de financiamento da Unidade de Apoio dividido igualmente entre governos e fundações privadas; dessa forma, faz-se necessário que os governos provejam suas contribuições o mais rápido possível. Houve um consenso geral quanto à proposta de que todos os países participantes da OGP devam ser convidados a contribuir com o orçamento da SU. Um membro apontou, no entanto, que assegurar esses subsídios pode gerar altos custos de transação, de modo que o valor de contribuição mínimo deva refletir essa situação, como já discutido pelo Comitê anteriormente. Alguns também defenderam as contribuições governamentais multianuais – talvez pagas antecipadamente – como forma de facilitar o planejamento orçamentário da Unidade de Apoio. Outros expressaram sua disposição em contatar agências de

desenvolvimento bilaterais, tanto dos governos membros do SC como de países que não integram o Comitê e possuem agências de apoio.

Os membros concordaram com diversas recomendações a serem apresentadas na reunião de nível ministerial na quarta-feira, quais sejam: 1) a Unidade de Apoio deverá enviar uma carta a todos os governos, indicando que a OGP está considerando requerer contribuições anuais de todos os países membros da Parceria; 2) o Comitê Diretor deve reavaliar a escala progressiva de contribuições, considerando aumentar o valor dessas para 2014; 3) a Unidade de Apoio continuará a buscar potenciais doações de fundações privadas; 4) o subcomitê de Governança e Liderança e a Unidade de Apoio irão contatar diversas agências de desenvolvimento bilaterais para convidá-las a uma reunião de financiamento em julho.

Subcomitê de Finanças e Auditoria: Orçamento da Unidade de Apoio para 2013

A Diretora da Unidade de Apoio informou que a SU enviou notas de cobrança a todos os governos membros do Comitê Diretor de suas contribuições para 2013. O presidente da sessão, então, indagou aos países quando estimam submeter suas respectivas contribuições. Três países já enviaram suas quotas (Noruega, África do Sul e Filipinas), três anunciaram que as entregariam em julho (México, Reino Unido e Tanzânia) e dois ainda estavam trabalhando em processos de aprovação internos e esperam submetê-las até outubro (Brasil e Indonésia). Diversos governos apontaram que tiveram dificuldades em articular o status da OGP em termos legais, o que resultou em atrasos na submissão das contribuições. Acordou-se que os seis países que ainda estão em déficit com as contribuições irão submetê-las o mais rápido possível e que a Unidade de Apoio trabalhará no preparo de um documento para esclarecer o *status* legal da OGP e a sua relação com a *Tides Center*. O Comitê Diretor também aprovou a recomendação de emitir apenas uma Certificação de Receitas e Despesas em 2012, mas elaborar um relatório completo de auditoria independente em 2013.

Subcomitê de Critérios e Padrões

O presidente do subcomitê de Critérios e Padrões apresentou a recomendação de alterar o calendário para um período de dois anos para os planos de ação junto à OGP e relatórios. A Diretora da Unidade de Apoio explicou que essa proposta foi inspirada em grande parte no novo plano estratégico da OGP, focado em entregas e resultados. Em um calendário bianual, os países terão mais tempo para focar na implementação, bem como em consultas genuínas. O Gerente de Programa do IRM e o Painel Internacional de Especialistas também concordam com a proposta, visto que possibilitará ao IRM coordenar a equipe de maneira mais efetiva e possivelmente alocar mais recursos para cada relatório, de forma a garantir maior qualidade e completude. Houve um amplo consenso de que o calendário bianual seria adequado, contanto existisse um acompanhamento de progressos anual. Logo, o Comitê Diretor aprovou a proposta de seguir um calendário bianual para planos de ação e relatórios, porém o Subcomitê de Critérios e Padrões deverá elaborar uma proposta mais detalhada para revisão e aprovação em julho.

Um membro do subcomitê também propôs que o Comitê Diretor discutisse como encorajar os países a “aprofundar” seus planos de ação, a fim de atingir progressos incrementais. Visto que se tratou de uma nova proposta, não amplamente debatida pelo subcomitê antes da reunião, o SC concordou em princípio com a necessidade de se conseguir esse aprofundamento nos planos, porém solicitou maiores esclarecimentos sobre como a OGP deverá abordar esse assunto. Apontou-se que o IRM já considera essa noção de aprofundamento, mas não há clareza na definição do termo, nem se este se refere a critérios de elegibilidade, a compromissos, ou a ambos. O Comitê Diretor, portanto, definiu que o subcomitê de Critérios e Padrões deverá formular uma proposta mais detalhada para julho que defina o termo “aprofundamento” e trace estratégias para alcançá-lo, tanto nos planos de ação quanto nos critérios de elegibilidade.

Ao final da sessão, um membro propôs que o Comitê Diretor procedesse a uma revisão semestral da OGP para fazer um balanço dos progressos até a data e levantar as áreas passíveis de aperfeiçoamento. O Comitê concordou em discutir melhor essa proposta em julho, com o objetivo de proceder à revisão no final do ano.

Apresentação de Novos Planos de Ação Nacionais

Representantes dos governos de oito novos membros da OGP (Argentina, Costa Rica, Finlândia, Gana, Hungria, Libéria, Panamá e Trinidad e Tobago) apresentaram o processo de formulação de seus planos de ação e os compromissos principais que assumiram nos documentos. Representantes de organizações da sociedade civil dos países também foram solicitados a comentar o processo de formulação e os documentos finais. Os membros do Comitê Diretor presentes na reunião formularam perguntas antes de o grupo dividir-se em três subgrupos para sessões de orientação.

Seções de Orientação dos Subgrupos

Os representantes de todos os novos membros da OGP (tanto do governo quanto da sociedade civil) foram divididos em três subgrupos, aos quais se juntaram membros do Comitê Diretor, com o intuito de debater o desenvolvimento e o conteúdo de seus respectivos planos de ação.

O primeiro grupo foi formado por representantes da Argentina, Costa Rica e Panamá (tanto do governo quanto da sociedade civil), bem como por membros do Comitê Diretor da OGP. O grupo discutiu os planos de ação dos três países, debate que se focou nos processos de consulta à sociedade civil adotados por cada país quando da formulação dos planos. Durante a troca de experiências, os participantes encontraram perspectivas positivas e negativas em relação às consultas realizadas nos três países. Um membro do Comitê Diretor forneceu informações específicas sobre alguns dos planos, os quais foram lidos anteriormente na sessão. Após o debate, outro membro do SC explicou como o processo de formulação do plano atingiu bons resultados em seu país por ter o governo engajado a sociedade civil de forma proativa.

No grupo dois, representantes da Rússia, Libéria e Hungria discutiram seus planos de ação juntamente com membros do Comitê Diretor da OGP. Os membros do SC forneceram

informações específicas sobre os planos, os quais também foram lidos durante a sessão. Eles sugeriram alocar recursos para a implementação e monitoramento dos planos, além de encontrar maneiras de ampliar o processo para incluir mais *stakeholders* de outras instituições governamentais e grupos da sociedade civil. Os representantes da sociedade civil nesse grupo questionaram o processo de consulta e defenderam que os governos devem fazer mais para incorporar as sugestões da sociedade civil nos planos de ação.

O terceiro grupo foi composto por representantes de Gana, Finlândia e Trinidad e Tobago, bem como por um representante da sociedade civil da Sérvia. Muitas dos questionamentos iniciais dos novos países focaram-se em como os governos podem ampliar o envolvimento com a sociedade civil. Um membro do Comitê Diretor explicou como o órgão responsável por coordenar a implementação da OGP em seu país trabalhou com uma coalisão de grupos para marcar reuniões individuais entre órgãos do governo e grupos da sociedade civil. Os participantes compartilharam os desafios que enfrentaram na tentativa de reunir o governo com os grupos da sociedade civil e debateram diversos modelos para alcançar uma colaboração efetiva. Um representante dos novos países questionou como priorizar os compromissos para implementação, tendo em conta recursos limitados.

Participantes em cada grupo apontaram que essas sessões de orientação são uma oportunidade única para discussões abertas e que essas trocas de experiência são vitais para o sucesso da OGP. Espera-se que as sessões tenham contribuído com o surgimento de novas ideias para o fortalecimento da implementação dos planos de ação dos novos países nos próximos meses.

Apresentações-relâmpago dos Novos Planos de Ação

Todos os oito membros fundadores da OGP apresentaram os pontos de destaque do Segundo Plano de Ação de seus países. Os membros compartilharam as lições aprendidas, extraídas dos relatórios de autoavaliação, e os ajustes que foram realizados nos processos de consulta no estágio de formulação do plano. Representantes da sociedade civil tiveram a oportunidade de formular perguntas aos oito países fundadores. Após cada apresentação, seguiu-se um interessante debate, inclusive com questionamentos dos novos países membros da Parceria a cada um dos fundadores.

Quarta-feira, 24 de abril: Reunião de nível ministerial do Comitê Diretor

Sessão de Abertura

O presidente da sessão (representante do Reino Unido) cumprimentou os delegados, em especial os Ministros que compareceram para o último dia de reuniões. O presidente incentivou o Comitê Diretor a trabalhar com afinco para tornar 2013 um ano produtivo para a Parceria, atitude vital para o desenvolvimento da OGP.

Na sequência, o presidente agradeceu os serviços prestados nos últimos dois anos pelos três membros da sociedade civil que estão deixando o Comitê Diretor, de acordo com o sistema de rodízio adotado, Tom Blanton, Juan Pardinas e Gladwell Otieno. Também apresentou os seus sucessores no Comitê, Maryati Abdullah, Alejandro Gonzalez e Veronica Cretu.

O presidente convidou a Diretora da Unidade de Apoio para atualizar o Comitê Diretor sobre o trabalho desenvolvido pela SU desde a reunião de dezembro. A Diretora relatou as atividades dos subcomitês e da Unidade de Apoio nos últimos quatro meses, incluindo os progressos na resolução dos pontos estratégicos definidos na Reunião de dezembro, entre as quais se citam:

- A atualização da estratégia global da OGP após a reunião de Jacarta e a formulação, junto ao subcomitê de Governança e Liderança, de novas propostas para garantir a rotação de governos no Comitê Diretor da OGP;
- A formulação de uma abordagem revisada para “Aprendizagem e Apoio aos Países”, trabalho desenvolvido com o Mecanismo de Assistência Técnica;
- O início da tratativa com diversas instituições multilaterais para o estabelecimento de parcerias formais com a OGP;
- A atualização da lista de países elegíveis à OGP, disponível no sítio da Parceria;
- A confirmação de que o Governo do México será o próximo copresidente da OGP (a partir de outubro de 2013);
- A contratação de um Vice-Diretor, a publicação de um anúncio de seleção de um gerente de comunicações e a confirmação de apoio do Ministério Britânico para o Desenvolvimento Institucional ao Oficial de Programa para Apoio aos Pares;
- O envio de notas de cobrança a todos os países membros do Comitê Diretor com o valor das contribuições para 2013 e o acompanhamento da situação de cada um. Também foram asseguradas três doações de instituições privadas;
- A contratação e o treinamento dos pesquisadores locais e o funcionamento do IRM nos oito países fundadores.

Subcomitê de Critérios e Padrões: Relatórios de Autoavaliação

A presidente da sessão, Suneeta Kaimal, convidou os oito países fundadores a fazerem uma breve exposição dos processos de elaboração do primeiro relatório de autoavaliação para a OGP. Palestrantes de todos os oito países expuseram como se deu o processo de consulta à sociedade civil e as lições aprendidas com a implementação do primeiro plano de ação. Após as

apresentações, todos os membros do Comitê Diretor puderam questionar ou comentar. Houve consenso geral de que os relatórios de autoavaliação são uma ferramenta efetiva para ampliar o envolvimento entre governos e sociedade civil, além de representarem uma oportunidade para que os governos expandissem o processo de consulta com os grupos da sociedade civil que não haviam sido anteriormente envolvidos no processo. Alguns membros do Comitê Diretor defenderam que os países devem aprofundar o segundo plano de ação para progredir de maneira significativa. O SC também reconheceu que alguns países incorporaram as consultas com a sociedade civil de forma tão bem sucedida que a sociedade foi cocriadora do plano junto com o governo. Alguns pontos de destaque dos debates incluem:

- Representantes da sociedade civil e dos governos enfatizaram a importância de aprimorar o planejamento de forma a alocar tempo suficiente para assegurar um processo de consulta amplo. O Comitê Diretor concordou que a descrição dos compromissos em linguagem clara é vital para a ampliação da participação social;
- Acordou-se que é essencial construir uma relação de confiança entre a sociedade civil e o governo para que haja um trabalho conjunto efetivo na cocriação dos Segundos Planos de Ação para a OGP. Ficou claro que está é uma área em que os países beneficiam-se das experiências dos pares, em especial nas mesmas regiões;
- Um membro descreveu a maneira como o seu governo incorporou os princípios de igualdade de gênero nos processos de consulta e nos planos de ação. Outros mencionaram os esforços em ampliar a participação social, por exemplo, com o uso de plataformas/tecnologias de comunicação, com viagens para fora da capital, e até com o uso de trabalhadores da comunidade para buscar opiniões das famílias;
- Alguns países mencionaram que seus planos de ação iniciais foram muito ambiciosos e não tiveram foco estratégico; portanto, eles buscaram definir no segundo plano um conjunto de compromissos (e subsequentes resultados) mais específico;
- Houve consenso geral de que os compromissos devam ser concretos, mensuráveis e delimitados no tempo;
- Os países também refletiram sobre a importância de assegurar que os órgãos e entidades se comprometam com os planos de ação da OGP, tanto com o conteúdo dos compromissos quanto com a manutenção de diálogo com especialistas da sociedade civil ao longo de todo o período de implementação.

Subcomitê de Liderança e Governança: Plano Estratégico da OGP para 2013-2014

O presidente (Reino Unido) abriu a sessão com um resumo da reunião do GL em Jacarta em fevereiro. Na sequência, solicitou que a Diretora da Unidade de Apoio resumisse os pontos principais do debate de nível de trabalho da segunda-feira. Ela apontou que houve forte apoio à declaração de visão proposta, com pequenas alterações (veja a ata da reunião de segunda-feira), bem como às prioridades estratégicas da OGP propostas para os próximos dois anos. Com relação ao princípio de aprofundamento (vs. ampliação), o Comitê Diretor apontou que, apesar de os dois princípios não serem mutualmente excludentes, a ênfase deve ser no aprofundamento. Os membros concordaram que, apesar de haver regiões em que a OGP deva continuar a buscar membros potenciais (Ásia e África), essa busca deve ser realizada por

membros individuais do Comitê Diretor, ao invés de ser uma prioridade para a Unidade de Apoio.

Na sequência, o Comitê Diretor discutiu maneiras de manter o envolvimento de altas autoridades políticas com a OGP, incluindo a possibilidade de vincular uma reunião anual da Parceria com Chefes de Estado a outros eventos, como a Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque. Alguns membros defenderam que se aproveitar de um evento como esse seria uma excelente ideia, enquanto outros alegaram que a dificuldade logística (de organizar todo ano) talvez fosse muito grande e, portanto, a OGP devesse considerar outros locais.

O último tópico debatido foi sobre como a OGP poderia contribuir no sentido de aumentar o envolvimento do setor privado, já que esse desafio fez parte do modelo inicial da “parceria”, porém foi deixado de lado desde então. Defendeu-se que existem diversos papéis potenciais que o setor privado pode desenvolver dentro da OGP e, portanto, seria útil diferenciar esses papéis quando da definição da estratégia para alcançar esse novo envolvimento. Em primeiro lugar, em certos mercados, as empresas poderiam desempenhar papel fundamental para garantir a entrada bem-sucedida dos planos de ação para a OGP, como nos setores de construção e extrativismo. Em segundo lugar, a OGP poderia buscar patrocínio corporativo para eventos, ou mesmo contribuições voluntárias para assistência técnica aos países membros da Parceria (ex. com a construção de plataformas *online*). Por fim, seria interessante expandir as ações no sentido de buscar maior envolvimento do setor privado nos processos de consulta e implementação dos planos de ação no nível nacional, em especial das empresas de tecnologia que trabalhem com dados abertos. O Comitê Diretor concordou em continuar essa discussão na próxima reunião.

Subcomitê de Aprendizagem e Apoio aos Pares

A Diretora da Unidade de Apoio resumiu os debates de segunda-feira sobre a estratégia de Aprendizagem e Apoio aos Países e apresentou a resolução 5.1 para aprovação do Comitê Diretor de nível Ministerial. Após a apresentação, o representante do país que presidiu a sessão (África do Sul) solicitou a manifestação dos participantes. Houve debates, ainda, sobre a necessidade de estudos de caso e grupos de trabalho temático. O Mecanismo de Assistência Técnica respondeu, ainda, uma pergunta sobre *webinars*, explicando que representavam um bom custo-benefício para atingir uma audiência mais ampla. Os membros do Comitê Diretor também levantaram a questão de parcerias com instituições multilaterais, e a Unidade de Apoio apresentou um relatório sobre o *status* de comunicações em curso com as quatro instituições que manifestaram interesse. Acordou-se que os grupos de trabalho temáticos deveriam ser estruturados de maneira a proporcionar troca de experiências, sem que isso se tornasse mais uma obrigação da Unidade de Apoio, e que a OGP deveria aproveitar o interesse de outras instituições para transformá-las em “multiplicadores de força” na prestação desse tipo de apoio.

Decisão: Acordo sobre a seguinte resolução:

A Unidade de Apoio deverá aumentar sua capacidade para fornecer três tipos de apoio aos países da OGP: apoio direto ao país, apoio aos pares e aprendizado/impacto. Algumas das funções dessas três categorias que atualmente são terceirizadas da *Global Integrity* serão assumidas pela Unidade de Apoio. Essa mudança deverá ocorrer até o final de 2013 e requererá alterações nos Artigos de Governança.

Subcomitês de Finanças e Auditoria/Governança e Liderança: Estratégias de Financiamento

O presidente da sessão (Noruega) introduziu os pontos para debate. A sessão iniciou com diversos comentários sobre a necessidade de a Unidade de Apoio receber seu orçamento logo no início do ano-calendário e de os países membros submeterem suas contribuições o quanto antes. Solicitou-se que os membros do Comitê Diretor comentassem sobre as cinco resoluções que surgiram após o debate de nível de trabalho na terça-feira. Membros manifestaram fortes convicções de que, se a OGP decidir solicitar contribuições de todos os países participantes, estas devam ser mandatórias. Ademais, o SC decidiu que a Unidade de Apoio continuará trabalhando com o GL na definição do quantitativo de países que devem contribuir.

Decisão: Acordo sobre as seguintes resoluções:

Até o final de julho de 2013, o Subcomitê de Governança e Liderança irá convocar uma reunião (possivelmente organizada pelo Ministério Britânico para o Desenvolvimento Institucional) entre o Comitê Diretor e as agências de ajuda com potencial para financiar a OGP que não integram o SC.

Os copresidentes escreverão a todos os países participantes da OGP até junho solicitando uma contribuição voluntária para 2013 de, no mínimo, US\$ 25.000,00, a ser entregue na Conferência Anual em outubro. Os copresidentes deverão indicar que o Comitê Diretor planeja exigir contribuições mandatórias (valor a definir) de todos os países participantes a partir de 2014, a fim de financiar os custos da Unidade de Apoio e do IRM.

Todos os membros do Comitê Diretor concordaram em dezembro de 2012 em submeter contribuições multianuais de acordo com uma escala progressiva. Para financiar os orçamentos futuros da OGP, o SC considerará a adoção de um aumento da escala anual para US\$ 100.000,00 (cem mil dólares) para países de baixa renda, US\$ 200.000,00 (duzentos mil dólares) para países de renda média e US\$ 300.000,00 (trezentos mil dólares) para países de alta renda.

Até julho, a Unidade de Apoio produzirá um documento legal para esclarecer o *status* institucional da SU como projeto da empresa *Tides Center*. Como parte da avaliação semestral da OGP, outros possíveis arranjos legais e institucionais para Unidade de Apoio no longo prazo serão considerados.

Todos os atuais membros do Comitê Diretor têm se esforçado e irão persistir para que suas contribuições para 2013 sejam submetidas o quanto antes.

Subcomitê de Governança e Liderança: Conferência Anual de outubro

O presidente da sessão (Warren Krafchik) a iniciou com uma breve introdução. O Reino Unido, então, resumiu os pontos de destaque das sessões de segunda-feira. Houve consenso de que a aparência do evento deve ser interativa e dinâmica e que este deva se focar no progresso tangível nos países participantes da OGP. O Reino Unido também mencionou diversas ideias para as sessões de destaque da Conferência, incluindo um evento de lançamento do IRM, uma premiação para iniciativas inovadoras em governo aberto, uma reunião de cúpula com líderes globais em outras iniciativas para garantir transparência, uma sessão para desenvolver uma carta sobre governo aberto, e um debate sobre medidas apropriadas que devam ser adotadas no caso de os países violarem os princípios da OGP.

Houve consenso de que a OGP deve focar-se na Conferência em compartilhar as modificações e entregas dos planos de ação. No entanto, ainda permanece a questão de como conciliar esse objetivo com a necessidade de se assegurar representação de alto nível por parte dos governos no evento. Alguns governos solicitaram maiores esclarecimentos sobre as metas e a agenda da Conferência Anual antes de se comprometerem a enviar seus Chefes de Estados.

Houve forte apoio à ideia de se organizar uma Premiação Anual da OGP, mas os membros demonstraram certa preocupação com o curto período para desenvolver a competição e selecionar os vencedores antes de outubro. Um representante sugeriu que se utilizasse esse período para formular as diretrizes da competição e anuncia-la na Conferência Anual.

O Gabinete de Governo do Reino Unido formulará uma nota conceitual sobre possíveis temas para a Conferência Anual de outubro nas próximas semanas e a compartilhará com o Comitê Diretor. Ficou acordado que uma comissão de planejamento para a Conferência de outubro será formada num futuro próximo.

Subcomitê de Governança e Liderança: Propostas de Governança

O presidente da sessão (Indonésia) introduziu várias resoluções (veja abaixo) sobre as discussões do início da semana. Os membros do Comitê Diretor questionaram sobre o procedimento de votação para o novo SC em outubro de 2014. O Comitê definiu que os aspectos técnicos da votação seriam discutidos na reunião de julho, com base em proposta do GL. Um membro sugeriu que prazos de rotação dos membros do SC provenientes da sociedade civil e do governo devam ser sincronizados a partir de 2014. Apontou-se que o sistema de “troika” proposto anteriormente é um arranjo adequado para incentivar a continuidade e a estabilidade, embora detalhes sobre o funcionamento desse modelo ainda se fazem necessário.

A Unidade de Apoio introduziu as resoluções da seção dois. O representante do Brasil opôs-se à resolução 2.3, a qual sugere a adição de um quarto copresidente proveniente da sociedade civil.

Esse membro defendeu que uma alteração de política dessa natureza deveria ser apresentada ao Comitê Diretor de maneira mais clara, estruturada e oportuna, antes das reuniões, de forma a permitir discussão e análise adequadas antes de aprovação. Junto com outros membros, o representante do Brasil também solicitou maiores esclarecimento sobre como as funções do GL e dos copresidentes seriam integradas. Na sequência, a resolução foi aprovada por maioria de votos, sendo a oposição do Brasil registrada.

Decisões: Acordo sobre as seguintes resoluções:

Rotação dos Governos

O Comitê Diretor confirma o mandato de três anos para os atuais representantes do governo no Comitê (setembro de 2011 a setembro de 2014).

Em 2014, o Comitê Diretor será acrescido de um representante proveniente do governo e um proveniente da sociedade civil. O Comitê Diretor, portanto, será composto por 20 membros.

A partir de 2014, o mandato do governo que seja copresidente líder (Indonésia em 2014) será prorrogado em um ano, sujeito à vontade desse governo de permanecer nessa posição. O mandato do copresidente de apoio (México em 2014) será prorrogado em dois anos e o mandato do copresidente subsequente será prorrogado em três anos.

Em 2014, estarão abertas sete vagas no Comitê Diretor provenientes do governo (seis vacâncias atuais mais uma nova vacância). Qualquer país participante da OGP que deseje concorrer a uma das vagas deve indicar ao Diretor Executivo por correspondência oficial até três meses antes das eleições. Da mesma forma, os atuais membros do Comitê Diretor devem indicar, no mesmo prazo, se desejam concorrer à reeleição.

Em 2014, todos os governos participantes da OGP votarão em sete governos para compor o Comitê Diretor. Na eleição desse ano, três governos terão mandatos de três anos, dois governos terão mandato de dois anos, e dois governos terão mandatos de um ano. Essa disposição garantirá um mínimo de três vacâncias do governo no Comitê Diretor a cada ano para rotação. A partir de 2015 em diante, os membros do Comitê Diretor serão eleitos para mandatos de três anos.

As votações acontecerão todo ano ao final de outubro e, portanto, não estarão vinculadas à Conferência Anual da OGP.

A Unidade de Apoio trabalhará com o GL para desenvolver uma proposta mais detalhada, para aprovação em julho, sobre as datas e a logística do processo de votação, incluindo uma maneira de assegurar a contínua diversidade regional no Comitê Diretor, bem como um mecanismo para o escalonamento de mandatos na eleição de 2014 (veja item 1.5 acima).

Membros e Mandatos dos Subcomitês

O GL deverá rever anualmente a adesão e o mandato dos membros de subcomitês, consultando os presidentes desses e a Unidade de Apoio. Esse ano, o GL fará recomendações por escrito ao Comitê Diretor para comentários até o final de maio de 2013.

O subcomitê de Finanças e Auditoria será extinto, e o GL trabalhará com a Unidade de Apoio na questão do financiamento. A partir de 2014, o Comitê Diretor estabelecerá uma comissão de supervisão de auditoria *ad hoc* formada por dois membros (um proveniente do governo e outro da sociedade civil, que não façam parte do GL) para auxiliar a SU na elaboração de um relatório anual independente de auditoria das contas da Unidade de Apoio da OGP.

Os quatro membros do subcomitê de Governança e Liderança serão, a partir de agora, os copresidentes do Comitê Diretor. Quando não for possível atingir um consenso no subcomitê e houver paridade de votos, o copresidente líder do governo terá voto de minerva. Essa alteração foi proposta com os seguintes objetivos:

- Refletir o princípio fundamental de paridade entre governos e sociedade civil na OGP;
- Eliminar confusões entre os papéis desempenhados pelo GL e pelos copresidentes;
- Fortalecer a liderança da OGP;
- Fortalecer a continuidade e a transição de lideranças quando o copresidente da sociedade civil completar o seu mandato, assim como na transição dos governos de copresidente líder para copresidente de apoio;
- Assegurar um planejamento da sucessão entre os copresidentes da sociedade civil.

Subcomitê de Critérios e Padrões: Calendário da OGP

A presidente da sessão (Brasil) introduziu as resoluções a serem analisadas pelo Comitê Diretor. Após uma breve discussão, o comitê decidiu unanimemente que a abordagem correta para a OGP seria a formulação de planos de ação compreendendo um período de dois anos.

Sobre a questão de se definir e encorajar o “aprofundamento” dos planos de ação, o Comitê Diretor decidiu que a questão exigia ser mais bem debatida, com base em uma proposta mais detalhada do CS para a reunião de julho.

Decisões: Acordo sobre as seguintes resoluções:

O Subcomitê de Critérios e Padrões desenvolverá uma proposta de alteração do calendário da OGP para um período de dois anos para planos de ação, relatórios completos de autoavaliação e relatórios do IRM. Essa proposta deverá englobar várias opções para formulação de um relatório para acompanhamento anual, a ser produzido – e tornado público – pelos governos.

O subcomitê de Critérios e Padrões também formulará uma proposta com intuito de esclarecer o conceito de “aprofundamento” e incentivar o progresso nos planos de ação e nos critérios de elegibilidade.

Mecanismo de Avaliação Independente: Lançamento do IRM

O presidente da sessão (Martin Tisne) abriu o debate. O Gerente de Programa do IRM resumiu alguns pontos-chave do seu relatório, atualizando o Comitê Diretor sobre o progresso do IRM desde dezembro. O presidente, então, solicitou ao SC que apresentasse sugestões de como a OGP deva lançar os primeiros oito relatórios do IRM. O debate iniciou-se com várias possibilidades para o lançamento dos relatórios, e foi evidenciado que existem três oportunidades diferentes para compartilhar os achados do IRM: 1) a divulgação de informações por meio de um diálogo a nível nacional com os *stakeholders*; 2) um evento público de lançamento nacional (com cobertura da mídia); e 3) um evento com a mídia mundial para lançamento dos relatórios dos oito países fundadores.

Houve uma discussão enérgica sobre os prós e contras dos modelos, a qual resultou em um consenso geral de que o IRM e o IEP devem se focar na primeira opção de evento (diálogo com *stakeholders* de nível local), em coordenação com os atores nacionais, e que cada país determinará a melhor abordagem para organização do segundo tipo de evento (evento de lançamento nacional), se estiver no planejamento do país. Baseado em comentários individuais de membros, alguns governos pretendem organizar por si mesmos eventos de lançamento do IRM, enquanto em outros países as organizações da sociedade civil ou instituições de pesquisa independentes – talvez afiliadas com o pesquisador local do IRM – estão melhor posição para cumprir esse papel. O Comitê Diretor concordou que os eventos de lançamento nacional devam ser seguidos de um evento de lançamento mundial na Conferência Anual de outubro. Apontou-se que não existem atualmente fundos alocados, nem pessoal dedicado aos eventos de lançamento nacionais.

De acordo com essas decisões, o Gerente de Programa do IRM trabalhará com o IEP na definição de diretrizes para os diálogos com os *stakeholders* sobre os achados contidos nos relatórios do IRM, e o Comitê Diretor continuará a discutir na reunião de julho sobre o evento de lançamento mundial do Mecanismo.

Revisão das Decisões e Encerramento

Solicitou-se que a Diretora da Unidade de Apoio resumisse os principais pontos de ação definidos em cada subcomitê da OGP na reunião:

Subcomitê de Critérios e Padrões

- Formulação de proposta mais detalhada sobre a alteração para um calendário bianual – considerando as várias implicações e definindo um mecanismo para acompanhamento anual;

- Elaboração de nota conceitual sobre como incentivar o aprofundamento – tanto no nível de ambição dos planos de ação quanto no progresso nos critérios de elegibilidade.

Subcomitê de Aprendizagem e Apoio aos Países

- Autorização para implementar a proposta de Aprendizagem e Apoio aos Países. A Unidade de Apoio negociará um novo acordo com a *Global Integrity* baseado nos termos dessa proposta;
- Acompanhamento com multilaterais para apresentar propostas de Acordos de Cooperação para discussão na reunião de nível de trabalho em julho.

Subcomitê de Finanças e Auditoria (esse subcomitê será extinto em junho)

- Continuar com a elaboração do certificado de receitas e despesas para 2012. Estabelecer uma comissão de supervisão de auditoria *ad hoc* para elaboração do relatório de auditoria das contas da OGP em 2013;
- A Unidade de Apoio formulará uma projeção do orçamento revisado para a reunião de julho.

Subcomitê de Governança e Liderança

- Desenvolver uma proposta mais detalhada sobre o processo de eleição e candidatura para membros do Comitê Diretor provenientes do governo (incluindo proposta sobre o procedimento para seleção do próximo copresidente);
- Apresentar recomendações sobre membros e mandatos dos subcomitês até 1º de junho;
- Propor revisões aos Artigos de Governança (com base nas decisões do Comitê Diretor);
- Auxiliar a Unidade de Apoio na implementação das propostas de financiamento (ver as resoluções).

Participantes

Brasil

Sergio Seabra Secretário de Prevenção da Corrupção, Controladoria-Geral da União, Governo do Brasil

Roberta Solis Ribeiro Assessora para Assuntos Internacionais, Controladoria-Geral da União, Governo do Brasil

Indonésia

Kuntoro Mangkusubroto Governo da Indonésia

Tara Hidayat Vice-Ministra para Iniciativas Estratégicas, Presidência, Governo da Indonésia

Jourdan Hussein Presidência, Governo da Indonésia

Veronika Vonny Embaixada da Indonésia em Londres

México

Jacqueline Peshard Comissária de Informações, Agência Federal de Acesso à Informação, Governo do México

Julian Olivas Ugalde Subsecretário de Responsabilidade Administrativas e Contratações Públicas, Governo do México

Juan Pablo Guerrero Secretário-Geral, Agência Federal de Acesso à Informação, Governo do México

Teresa Gómez del Campo Chefe da Unidade de Políticas de Transparência e Cooperação Internacional, Governo do México

Alonso Cerdan Verastegui Diretor de Estudos e Avaliações de Políticas de *Accountability* e Transparência, Governo do México

Noruega

Tone Toften Secretário de Estado, Ministério de Administração Pública, Reforma e Assuntos Eclesiásticos, Governo da Noruega

Terje Dyrstad Vice-Diretor, Ministério de Administração Pública, Reforma e Assuntos Eclesiásticos, Governo da Noruega

Tom Arne Nygaard Assessor Sênior, Ministério de Administração Pública, Reforma e Assuntos Eclesiásticos, Governo da Noruega

Filipinas

Richard Moya Subsecretário do Departamento de Orçamento e Gestão, Governo das Filipinas

Francis Y. Capistrano Chefe da Unidade de Reforma e Inovação, Governo das Filipinas

África do Sul

Ayanda Dlodlo	Vice-Ministra de Administração e Serviços Públicos, Governo da África do Sul
Qinisile Delwa	Chefe do Gabinete da Vice-Ministra, Governo da África do Sul
Ismail Davids	Diretor de Prestação de Serviços e Transformação Organizacional, Governo da África do Sul
Onkgopotse Tabane	Especialista em comunicações, Governo da África do Sul
Alex Mahapa	Vice-Diretor Geral, Governo da África do Sul
<i>Tanzânia</i>	
Mathias Meinrad Chikawe	Ministro dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos, Governo da Tanzânia
Susan Mlawi	Vice-Secretário Permanente, Presidência, Governo da Tanzânia
Obey N. Assery	Diretor de Coordenação de Assuntos Governamentais, Governo da Tanzânia
Charles Joseph Mmbando	Departamento de Assuntos Constitucionais e Jurídicos, Governo da Tanzânia
<i>Reino Unido</i>	
Francis Maude	Ministro do Gabinete do Governo, Governo do Reino Unido
Nick Hurd	Ministro para Sociedade Civil, Governo do Reino Unido
Paul Maltby	Diretor de Políticas de Transparência e Dados Abertos, Gabinete do Governo, Reino Unido
Andrew Mitchell	Diretor de Políticas de Prosperidade, Ministério das Relações Exteriores, Governo do Reino Unido
Oliver Buckley	Chefe de Políticas de Transparência Internacional, Gabinete do Governo, Reino Unido
Jeff Glekin	Ministério das Relações Exteriores, Governo do Reino Unido
Lu Ecclestone	Departamento de Desenvolvimento Internacional, Governo do Reino Unido
Gemma Ralph	Ministério das Relações Exteriores, Governo do Reino Unido
Laura Clarke	Gabinete do Governo, Reino Unido
Mark Robinson	Departamento de Desenvolvimento Internacional, Governo do Reino Unido
Ilaria Miller	Gabinete do Governo, Reino Unido
<i>Estados Unidos</i>	
Heather Flynn	Assessora Sênior, Departamento de Estado, Governo dos Estados Unidos
Mary Beth Goodman	Diretora de Assuntos Econômicos Internacionais, Conselho de Segurança Nacional, Governo dos Estados Unidos

Lisa Ellman	Governo dos Estados Unidos
<i>Representantes da Sociedade Civil</i>	
Tom Blanton	National Security Archive
Nikhil Dey	MKSS
Suneeta Kaimal	Revenue Watch Institute
Warren Krafchik	International Budget Partnership
Juan E. Pardinás	IMCO
Iara Pietricovsky	INESC
Rakesh Rajani	Twaweza
Martin Tisne	Omidyar Network, representando a Transparency and Accountability Initiative (T/AI)
Anthony Richter	Open Society Foundations, representando a Transparency and Accountability Initiative (T/AI)
Veronica Cretu	CMB Training Centre
Maryati Abudllah	Publish What You Pay (PWYP) Indonésia
Alejandro Gonzalez	GESOC
<i>Parceria para Governo Aberto</i>	
Linda Frey	Diretora Executiva, Unidade de Apoio da Parceria para Governo Aberto
Joseph Powell	Vice-Diretor, Unidade de Apoio da Parceria para Governo Aberto
Jack Mahoney	Associado de Programa, Unidade de Apoio da Parceria para Governo Aberto
Abhinav Bahl	Global Integrity – Mecanismo de Assistência Técnica da Parceria para Governo Aberto
Hazel Feittengblatt	Global Integrity - Mecanismo de Assistência Técnica da Parceria para Governo Aberto
Joseph Foti	Diretor de Programa do Mecanismo de Avaliação Independente
<i>Coordenadores da Sociedade Civil na OGP</i>	
Paul Maassen	Coordenador Independente da Sociedade Civil para a OGP

Emilene Martinez

Coordenadora Independente da Sociedade Civil para a OGP
na América Latina

Ausências

Ministro Jorge Hage

Ministro Florencio Abad

Gladwell Otieno

Governo do Brasil

Governo das Filipinas

Africa Centre on Open Governance